

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

MÓVEIS, UTENSÍLIOS E BENS DE RAIZ: ANÁLISE DO PERFIL ECONÔMICO E SOCIAL DAS MULHERES DE VILA DO CARMO E SEU TERMO, 1713-1750¹.

Regina Mendes de Araújo*

Cultura material: possibilidades de análise histórica

Com a ampliação dos objetos pela escola dos *Annales* e ainda a expansão do conceito de documento, abarcando assim os vestígios de quaisquer fazer humano abriu-se novas possibilidades para o estudo de sociedades do passado por meio de sua cultura material. Uma roupa, uma arma, um objeto de devoção, uma ferramenta pode revelar muito sobre um determinado passado. Por meio dos bens materiais arrolados nos inventários *post mortem* buscamos traçar o perfil econômico e social das mulheres que viveram em Vila do Carmo e seu termo na primeira metade do século XVIII.

A cultura material representa as necessidades do ser humano no cotidiano, suas criações e produções que dizem respeito as suas experiências cotidianas que marcam de alguma maneira sua história. Utensílios, objetos de adorno, utilitários, arte, ferramentas, maquinaria delineiam a cultura material de diversas sociedades e temporalidades revelando culturas distintas.

A cultura material conforme Jacques Le Goff está ao lado das infra-estruturas, mas não as abrange, e sim apenas exprime-se pelo concreto, por objetos, ou seja, “*pela relação do homem com os objetos porque, quando se trata de cultura, o homem não pode estar ausente*”². O historiador defende, portanto, que há uma relação direta entre o homem e o objeto, sendo que o primeiro, no seu corpo físico é um objeto material.

Jean Braudrillard destaca que os objetos têm funções específicas que são significados por meio do tempo³. O objeto ou o registro deste nos leva a um tempo passado e nos permite analisar a vida cotidiana e as condições materiais de existência. Os objetos levam-nos a uma

¹ A presente comunicação trata-se de uma parte do capítulo da dissertação de mestrado que será defendida no programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora sob orientação da professora Dra Carla Maria Carvalho de Almeida.

* Mestranda UFJF. rearaujo33@yahoo.com.br.

² LE GOFF, Jacques. LE GOFF, Jacques.(Org). *A história Nova*. São Paulo: Martins fontes, 1993.p.113.

³ BRAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p.70

história. Os objetos pois, se contextualizados, podem ser verdadeiros resumos de uma sociedade, podem revelar sinais de status, traços culturais e relações de poder.

A história da cultura material caminha lado a lado da vida material e econômica, portanto, estão estreitamente ligadas e nitidamente distintas. A vida é feita dos objetos, dos utensílios, dos gestos do homem⁴. Por conseguinte, buscamos dar significado aos objetos que aparecem arrolados nos inventários, tentando assim reconstruir um pouco da história das mulheres setecentista tanto forras como livres. Por meio dos registros dos bens móveis e imóveis pretendeu-se traçar o perfil econômico e social, considerando se tratar de uma sociedade de representação e marcadamente barroca, tendo em vista que o material acaba por refletir a condição social.

Por meio da cultura material objetiva-se analisar o cotidiano das mulheres livres e forras buscando perceber as diferenças e similitudes destas. Para isso, lançaremos luz sobre os outros utensílios como as ferramentas, vasilhames, objetos de devoção, entre outros. Trataremos logo depois, dos bens imóveis e, por conseguinte as formas de sobrevivência por meio do trabalho. Para tal, utilizamos os inventários *post mortem* e testamentos da Vila do Carmo que se encontram manuscritos na Casa Setecentista de Mariana e abarcam os anos de 1713 a 1750. São 59 inventários do 1º Ofício e 38 inventários do 2º Ofício.

Móveis e utensílios

A descoberta aurífera fez rumar para a região das Minas uma população bastante heterogênea. Essa população formada por reinóis, paulistas, escravos, entre outros se distribuíram em pequenos povoados e arraiais situados as margens dos rios e nas encostas dos montes. Os primeiros povoados que se formaram tinham moradas rústicas e improvisadas formadas de ranchos de pau-a-pique que tinham a função de dar abrigo e serviam de repouso.

Com o adentrar do século XVIII e uma melhor organização administrativa formaram-se as vilas e as pessoas passaram a se estabelecer e formar seus domicílios. As moradas abrigavam as pessoas e poderiam também incluir locais para criação de animais, e ainda locais para a produção de artigos de consumo que poderiam ser comercializado como, por

⁴ LE GOFF. Op.Cit. p.117.

exemplo, a cachaça, rapadura, farinha de mandioca, entre outras. Em quase todas as moradias existiam os quintais, que eram parte fundamental da casa⁵.

No geral, as mobílias das casas eram simples sem muitas cadeiras e armários. No inventário de Ana Maria de Borba apesar de possuir um posse em escravo de 4:406\$400, e portanto, possuir uma situação econômica cômoda não tinha arrolados móveis⁶. Provavelmente seus bens móveis eram tão simplórios e de pouco valor que os inventariantes não se deram ao trabalho de listá-los.

No inventário de Ana de Moraes Sodré que faleceu em 8 de maio de 1733 já se percebe um maior consumo de bens móveis. Aparecem arrolados *uma caixa pequena e outra grande, um baú, uma caixa de pau branco, e uma frasqueira*⁷.

Com o adentrar do século XVIII, a consolidação do comércio e uma maior estabilização da sociedade, vamos perceber um aumento de bens móveis arrolados. Foi o que percebemos na casa de Dona Mariana Rodrigues Leal casada com o Licenciado Manoel Rodrigues da Costa que teve seus bens arrolados no inventário de 1749 por ocasião de sua morte. O casal tinha uma morada na Freguesia de Catas Altas, perto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, além de uma roça. Na categoria madeiras aparecem listados: *um leito de pau branco torneado com cortinado, uma preguiceira, uma papeleira de jacarandá com porta e fechadura, dois caixões lisos de pau branco, uma caixa de madeira com fechadura, outra caixa mais pequena com fechadura, uma banca lisa com gaveta, três mesas e uma frasqueira com fechadura*⁸.

Portanto, nota-se um maior número de mobílias em relação ao início do século. Claro que, se compararmos aos nossos tempos e aos ideais de uma sociedade burguesa, perceberemos que a vida no século XVIII é marcada por grande simplicidade. Contudo, pela análise dos inventários fica claro que, na medida em que se consolida a presença das atividades comerciais e ainda outras que precisam de técnicas como a marcenaria, nota-se um maior número e diversificação do mobiliário arrolado nos processos.

⁵ALGRANTI. ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.92-4

⁶CSM. *Inventário*. 1º Ofício Cx 87 Auto 1838.

⁷CSM. *Inventário*. 1º Ofício Cx36 Auto 841.

⁸CSM. *Inventário*. 1º Ofício Cx 78 Auto 1669.

Observemos o quadro 1, de móveis de madeira. Separamos em dois períodos para percebermos as diferenças. É claro que temos que considerar que o primeiro período de 1713-1735 refere-se a 30 inventários analisados e o período seguinte 1736-1750 refere-se a 41 inventários.

Quadro 1: Utensílios de móveis de madeira inventariados de Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750⁹

1713-1735		1736-1750	
Baú	27	Baú	21
Caixa(pequenas e grandes)	43	Caixa(pequenas e grandes)	53
Mesa	16	Mesa	36
Preguiceira	-	Preguiceira	5
Cadeiras	-	Cadeiras	22
Balcão	-	Balcão	12
Leito	-	Leito	9
Banco	-	Banco	15

Fonte: CSM. Inventários Post Mortem, 1º e 2º Ofícios.

A primeira questão a ser observada é maior diversidade de objetos presentes no segundo período. Com adentrar do século XVIII e o estabelecimento dos domicílios desenvolveu-se outras formas de sobrevivência por meio do trabalho com a atuação dos artífices que produziam móveis para as residências. Outro aspecto, talvez possa explicar para essa maior presença de mobília seria a incrementação mercantil que permitiu incorporar eventuais melhoramentos dos bens dentro da sociedade mineradora.

É preciso considerar também a formação e consolidação de fortunas que de alguma maneira, também contribui para entendermos essa presença maior de mobiliário dentro do domicílio.

Aparecem na maioria dos inventários caixas e baús que geralmente serviam para guardar roupas e papéis. Os baús também serviam para guardar mercadorias e ainda para fazer viagens. As caixas aparecem em maior número nos inventários. As caixas de jacarandá, com gaveta e fechadura eram as mais caras. Elas eram medidas por palmos, e possuíam vários tamanhos e dimensões, sendo caixas com chaves ou não.

Alguns inventários fazem referências a redes que provavelmente serviam de descanso. Um ou outro inventário faz referência a leito feito de jacarandá. Apesar de alguns não citarem

⁹ Alguns móveis não estão numerados, pois não aparecem arrolados

leitos ou camas, aparecem na categoria roupas, vários lençóis, colchas e fronhas arrolados. As fronhas e os lençóis aparecem nos inventários geralmente feitos de pano de linho, bretanha ou algodão decorados com babados e rendas. Aparecem também cobertores castelhanos ou feitos com baetão.

Muitos portugueses vieram tentar a vida nas Minas e acabaram por aqui ficando. Eles tiveram que adaptar os costumes domésticos com que estavam habituados no reino à realidade dos trópicos. Como afirma Leila Algranti, “*a enorme distância da Metrópole, a ser vencida pelas embarcações, ditou modas e hábitos de todo o tipo*”¹⁰. Os colonos tiveram que conviver com a falta de muitos utensílios conhecidos na metrópole. Se garfos já eram bem escassos no reino, na colônia praticamente inexistiam. A média de garfos arrolados é de 6,4 e de colheres é 6,7 por inventário. (Quadro 2)

O uso de talheres só será difundido na colônia no século XIX¹¹. Contudo, apesar da precariedade da existência desses utensílios, serão encontrados talheres de prata nos inventários das mulheres de Vila do Carmo. As mais ricas, que tinham maridos com uma posição privilegiada, provavelmente utilizavam esses itens em jantares oferecidos por seus maridos, sendo também uma forma de ostentar sua posição econômica e social. Encontramos também nos inventários outras peças de prata além de peças de cobre e estanho. O estanho em sua maioria aparece em forma de pratos e copos.

Há uma presença constante de louças da Índia, principalmente nos inventários das livres casadas. A partir de 1735 o número de louças da Índia aparece com mais frequência revelando a entrada de produtos do oriente na colônia.

**Quadro 2: Percentuais médios utensílios arrolados nos Inventários
Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750**

Barril	1
Tacho (cobre e estanho)	4
Colher	6,7
Garfo	6,4
Faca	6,3
Prato (cobre e estanho)	12
Forno	1
Panela (cobre, estanho, barro)	2
Lavabo	1

¹⁰ALGRANTI. Op.Cit. p.122

¹¹Idem. Ibid.p. 123

Pote (estanho e Barro)	1
Bacia (cobre)	1,2
Tigela (cobre e estanho)	2,7
Caldeirão	1,3
Louças da Índia (xícaras, pratos, sopeiras, etc)	6
Bandeja	1
Copos (estanho e cobre)	3,6

Fonte: CSM. *Inventários Post Mortem*, 1º e 2º Ofícios.

Na casa de João Pinto Álvares, português do Minho, um dos homens mais ricos de Vila do Carmo¹², casado com Dona Mariana Corrêa de Oliveira encontramos 24 *colheres de prata*, 4 *garfos de prata*, 16 *facas de prata*, uma *saladeira de prata*, uma *bacia de cobre*, três *tachos de cobre*, uma *bacia de cobre para lavar os pés*, dois *tachos pequenos de cobre*, uma *bacia de lavar o pé que ficava embaixo da cama*, 6 *torteiras de cobre*, uma *chocolateira de cobre*, três *pratos de estanho*. De louças da Índia encontramos 7 *pratos grandes*, uma *bacia de lavar as mãos*, 66 *pratos finos, rasos e pequenos*, um *prato fundo*, 2 *tigelas*, 4 *pires*, 2 *sopeiras*, 5 *tigelas de caldo de galinha*, 6 *xícaras com pires para chá e ainda 11 xícaras com 5 pires para chá e café*¹³.

Percebe-se que na casa de um casal da elite colônia mineira havia certa sofisticação e um número maior de utensílios que significava uma tentativa de reviver os costumes do Reino na colônia. Provavelmente, o casal mantinha-se atualizado com relação às práticas da Corte, pois seus filhos Francisco e João se achavam em Coimbra estudando, além de suas filhas Jerônima, Sebastiana e Ana, que também estavam em Portugal.

Quase todos os inventários fazem referência ao lavabo, utilizado para lavar pés e mãos o que nos revela a preocupação com a higiene, ainda que de forma precária. Os lavabos e as bacias para lavar os pés também eram comuns. Antes das refeições os escravos passavam entre os convivas com a jarra de água, bacia e toalha¹⁴. Antes de dormir lavam os pés “*hábito atribuído aos paulistas desde os primórdios da colonização*” para evitar o “*bicho de pé*”.¹⁵

¹²Conf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistemas de casamentos entre a elite mineira setecentista. In : ALMEIDA, C. M. C de, OLIVEIRA, M.O. (Org) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2006.

¹³CSM *Inventário*. 1º Ofício. Cx. 46 Auto 1050.

¹⁴ ALGRANTI. Op. Cit. p.126

¹⁵ Idem. Ibid.

O refinamento não se dava apenas entre a população branca. No inventário da crioula Inocência Correia de Daria aparecem arrolados *5 colheres e 6 garfos de prata, 5 pratos de estanho, 1 prato fino da índia e 1 xícara*¹⁶.

A cozinha, tanto de forras como de livres possuía vários utensílios. A tigela e os tachos de cobre eram bem comuns. Havia em algumas residências as chocolateiras, bacias para fazer pão-de-ló, formas, caldeirões de vários tamanhos e alguns alambiques. Havia uma presença considerável de Louças da Índia.

As porcelanas da Índia eram trazidas ao Brasil pelos mais providos desde o início da colonização. O luxo dos utensílios na mesa estava presente nas residências dos mais abastados, principalmente dos opulentos comerciantes que se beneficiavam dos monopólios régios trazendo vários produtos para serem comercializados nos portos mais importantes¹⁷.

Os tachos, tabuleiros e formas de fazer pão-de-ló eram peças que muito provavelmente eram usadas para a fabricação de quitutes, importantes instrumentos de trabalho dessas mulheres. A negra liberta que foi escrava de João Gomes Rodrigues, Antônia Gomes Ribeiro, ao morrer em 1739 deixou *um barril de água, uma trempe de fogão, dois tachos de cobre, um caldeirão de ferro e uma gamela*.¹⁸ A também preta forra Rosa da Silva deixou em seu inventário *um tacho de cobre e um caldeirão*.¹⁹ Inocência crioula, forra, deixou *três tachos de cobre, um caldeirão de cobre e três tigelas de estanho*.

A historiografia tem se dedicado ao estudo das chamadas “negras de tabuleiros”, que por meio do seu trabalho participavam de forma efetiva do comércio colonial. Essas mulheres reproduziam nas Minas uma atividade já praticada na África. Vários estudos, como lembra Sheila Castro Faria, indicam que o pequeno comércio na África era monopolizado pelas mulheres, tanto na Costa da Minas, quanto na região banto, Congo e Angola²⁰. “*Os tabuleiros ficaram famosos pela delicadeza do rentilhado e pela coreografia poética. Doces produzidos por negras e embelezados por negras. Algumas delas forras que iam vendê-los na rua, exibindo, assim dotes físicos e culinários*”²¹.

¹⁶CSM *Inventário*. 1º Ofício. Cx 102 Auto 2125. Ano 1750.

¹⁷ ALCRANTI. Op. Cit. p.123

¹⁸CSM *Inventário*. 1º Ofício. Cx 62 Auto 1343. Ano ?

¹⁹ CSM *Inventário*. 2º Ofício. Cx 91 Auto 1961. Ano 1736.

²⁰ Conf. FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit. e VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico escravo entre o golfo de Benin e a Bahia de todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Currupio, 1987.

²¹QUINTAS, Fátima. A culinária e a Negra. In *Anais do Seminário de Gastronomia em Gilberto Freire*.

As negras usavam os tachos, tabuleiros, formas para fazer acarajé, vatapá e outros quitutes que eram vendidos nas áreas de mineração aos negros que trabalhavam na extração do ouro. Elas foram acusadas de provocarem conflitos, pois também vendiam bebidas alcoólicas, além de desviarem ouro e diamante. Vendedoras de quitutes foram alvo da legislação que proibia as vendas, porém muitas desrespeitavam as legislação continuando a vender suas mercadorias em locais proibidos ou não.

Unidades produtivas: análise das atividades econômicas

Agora voltaremos nossa atenção para as ferramentas e bens de raiz que possam nos ajudar a revelar um pouco do perfil das unidades produtivas pertencentes às mulheres de Vila do Carmo e, por conseguinte, o seu perfil econômico. É preciso considerar que a maioria das mulheres inventariadas encontradas em Vila do Carmo e seu termo nesse período eram livres e casadas. Sendo que, ainda havia as solteiras e viúvas divididas entre forras e livres.

O trabalho agrícola na região das Minas setecentista caracterizou-se por utilizar técnicas rudimentares de plantio. Derrubava-se o mato e queimavam-se as madeiras. As cinzas faziam o papel de fertilizante do solo. Posteriormente abriam-se buracos no solo e ali se lançavam as sementes. Depois desse processo, pouco trabalho era feito, variando de acordo com o tipo de cultura²². É preciso ressaltar, segundo nos aponta Ângelo Carrara, os aspectos geográficos setecentistas que apresentam duas paisagens distintas. Havia os sítios que podiam estar “nas áreas de ocorrências de jazidas minerais ou à beira das principais estradas e caminhos que lhes acessavam”. E outra paisagem, “a sertaneja, curraleira, abrangia as fazendas”²³.

No interior dos domicílios das Vilas mineiras desenvolveram-se “indústrias caseiras” com o objetivo de abastecer o mercado interno e ainda para o consumo próprio. Nas unidades produtivas onde a quantidade produtiva era maior foi necessário uma maior sofisticação dos utensílios. Para os que produziam a farinha de milho, os fornos de cobre foram de grande

p.12.Disponível http://www.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/gastronomia_. Acesso 10/08/2008

²² Idem. Ibid. p. 167.

²³ CARRARA, Ângelo. CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais; produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1808*. (Tese de doutorado).Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, 1997.p.158.

importância para a torrefação, assim como para os produtores de aguardente as moendas e alambiques foram fundamentais.

Nos inventários analisados encontramos recorrentemente a presença do plantio de milho, feijão e arroz, além das referências ao plantio de cana de açúcar. Caio Prado Júnior destaca que a produção de mandioca era mais cultivada no Brasil colonial superando o milho²⁴. Contudo, esse alto consumo de mandioca e de sua farinha se aplicava a região norte da colônia. No caso das Minas havia o predomínio do uso do milho, idéia compartilhada por Caio Prado Júnior que baseado nos relatos de Saint-Hilaire afirma que o milho era mais cultivado nas Minas do que a mandioca²⁵. Essa conclusão vai ao encontro do que encontramos nos inventários analisados onde se vê a presença em quase todo o período coberto pela pesquisa da plantação de milho.

A atividade para se obter a farinha era tipicamente feminina. Provavelmente, as senhoras ou suas escravas colocavam os grãos para serem preparados em grandes travessas de cobres até se tornarem pequenos grãos. Depois eram levados ao fogo para seca. Para os que produziam a farinha de milho, os fornos de cobre foram de grande importância para a torrefação. Nos inventários no período entre 1713-1735 aparecem 7 fornos de cobre e de 1736 a 1750 encontramos 9 fornos de cobre.

As técnicas para se obter a farinha foram aprendidas com os índios, e aperfeiçoadas pelos portugueses²⁶. Com essa farinha se faziam os bolos e quitutes. Mônica Chaves Abdala faz referência a um *estilo da cozinha mineira* e destaca a importância do milho nos diversos cardápios. O milho pode ser consumido cozido ou assado, ou ainda feito como mingau. Do milho fazia-se o fubá de onde poderia sair belos bolos e bom angu. O milho também servia para alimentar os animais criados nos quintais e para muares das tropas²⁷.

Na propriedade de Angela de Santa Cruz de Santa Rita havia uma plantação de 500 alqueires de milho. Nas ferramentas arroladas aparecem além das enxadas e foices, 12 formas e 2 fogões que provavelmente eram usado para o fabrico de farinha de milho²⁸.

²⁴ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo:Editora Brasiliense, 1976. p.165.

²⁵ Idem. Ibid. p.166-7.

²⁶ ABDALA, Mônica Chaves. Sabores da tradição. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Ano XLII, n 2 Jul-Dez, 2006. p.121.

²⁷ Conforme Abdala o angu é termo originado dos bantos. É feito com água fervente e fubá forma que se popularizou no Brasil. Idem. Ibid. p.121.

²⁸ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 30 Auto 724. Ano 1744

Em alguns inventários aparecem plantações de cana-de-açúcar e ainda são arrolados barris, alambiques e funis. Nos inventários encontramos um total de 21 alambiques. Era comum moer cana-de-açúcar nos engenhos para se fazer aguardente e açúcar, sendo que parte da produção podia ser remetida para o Rio de Janeiro, mas conforme Carla Almeida, quase sempre, seu destino era abastecer o mercado interno²⁹. Almeida aponta que era comum a conjunção do cultivo de produtos agrícolas tipicamente destinados à subsistência paralelamente a produção de gêneros exportáveis³⁰.

Da cana-de-açúcar era possível fazer o açúcar, o melado, a rapadura e a aguardente, sendo este último o mais apreciado pela população mineira. A plantação de cana-de-açúcar aparecia associada a outras culturas, como a de milho e a criação de gado.

No inventário da mulher de Domingos Fernandes de Carvalho, D. Angela da Cruz de Santa Rita foi declarado um sítio de sua vivenda localizado na Freguesia do Senhor Bom Jesus de Furquim avaliado em 3:600\$000. Em sua propriedade há referência a 500 alqueires de plantação de milho. Entre as ferramentas arroladas aparecem 13 enxadas, 11 foices, 6 machados, além de 8 faquinhas de cortas cana-de-açúcar, uma serra de moer, um cortante de ferro e uma alavanca grande³¹.

O casal Antônio da Silva de Araújo e Catharina Rodrigues de Sá era sócio de João Rodrigues de Sá. A sociedade se dedicava à produção de açúcar e água ardente. No inventário de Catharina Rodrigues de Sá – sócia e irmã de João Rodrigues de Sá – aparecem declarados um sítio e um engenho avaliados em 750\$000. Para a plantação de cana-de-açúcar eles contavam com 7 enxadas. Para a fabricação da água ardente e açúcar apareciam arrolados “12 cachos de taboas que serve de garapa”, “1 funil de pinga (sic) de zinco”, uma barril pequeno com arcos de ferro, além dos 40 barris. Na propriedade da sociedade, provavelmente plantava-se milho também, pois há referência a um “coxo de taboa que serve para deixar o milho de molho”³².

Portanto, como se pode perceber a atividade agrícola na região de Vila do Carmo tinha grande importância para subsistência dos domicílios. E ainda, verifica-se que é muito provável a existência de unidades produtivas que produziam excedentes de mantimentos com o objetivo de comercializá-los nas Vilas e arraiais. Conclui-se que produzir alimentos para o

²⁹ ALMEIDA. Op.Cit. 1994. p.159

³⁰ Idem. Ibid. p.168-9

³¹ CSM. 1ºOfício. Códice Caixa 30 Auto 724. Ano 1744.

³² CSM. 1ºOfício. Códice Caixa 74 Auto 1555. Ano 1739.

abastecimento do mercado interno se apresentava como uma alternativa interessante para aqueles que não se dedicavam à extração aurífera. Algumas empresas mineradoras, a propósito, dependiam da produção de alimento de outros roceiros para garantir a subsistência da mão-de-obra escrava.

Para os mineradores e comerciantes que tinham interesse em diversificar suas atividades buscando aumentar os lucros, a concomitância das atividades mineradoras com a produção agrícola era uma opção bastante interessante.

As principais fortunas das Minas advinham de empresas mistas de lavras e roças. Diante dos exorbitantes gastos com a mineração e a efetivação da cobrança do quinto, a atividade encareceu ainda mais. Isso favoreceu a associação da mineração com atividades de produção de gêneros alimentícios para o abastecimento local³³. Foices, enxadas e almocafres se misturavam com as ferramentas dos sítios. As inventariadas junto com seus maridos tinham maior riqueza quando envolvidos em atividades auríferas, e ainda quando a propriedade se dedicava a mais de uma atividade.

Francisca Luis e seu marido Domingos Pimenta das Neves além de plantar banana e milho possuíam datas minerais. É possível inferir que além do serviço de mineração comercializavam seus produtos agrícolas. Na propriedade do casal havia 36 escravos, provavelmente destinados ao trabalho nas datas minerais e também aos trabalhos agrícolas³⁴. O capitão Domingos Lopes da Cruz e sua esposa Barbara Pereira da Cruz além de estarem envolvidos no serviço de mineração, dedicavam-se a plantação de milho que provavelmente se destinava a subsistência e o excedente era comercializado³⁵.

No inventário de Mariana Correia de Oliveira foi declarado o monte-mor de 32:164\$500. Seus bens mais valiosos são os 78 escravos e as datas minerais. Havia também o sítio onde se plantava, provavelmente, para a subsistência da unidade produtiva. Joana Maciel da Costa e seu marido, o Capitão Manoel Rodrigues Passos além de possuírem uma roça estavam envolvidos com a mineração. No inventario de Joana, em 1733 foi declarado um monte mor de 10:103\$475³⁶.

³³ DIAS, M. O. L. S. Nos sertões das gerais e do rio das Velhas 1708-1730. In: Luis Gomes Ferreira (Org.). *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Fiocruz/ FAPEMG, v. 1, p. 45-106, 2001. p.91

³⁴CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 89. Auto 1870. Ano 1715

³⁵CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 16. Auto 478. Ano 1740.

³⁶CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 46. Auto 1050. Ano 1748.

É possível então concluir que a associação de atividades minerais com atividades agropastoris levava ao maior enriquecimento das unidades produtivas em relação aquelas que estavam apenas envolvidas com as atividades agropastoris e provavelmente vendiam o excedente.

Conforme o Quadro 4 encontramos arrolado um número considerável de machados, enxadas, almocafres e foices, além de outras ferramentas.

**QUADRO 4: Número médio de ferramentas e Utensílios das Unidades Produtivas
Vila do Carmo, 1713-1750**

Machado	4,1
Enxada	7,2
Foices	6,2
Facão	3,2
Alavancas	3,5
Bateia	1
Alambique	2
Balança	1,1
Forno de cobre	1
Almocafres	7,2
Martelo	1
Roda de Minerar	1
Serra de Moer	1

Fonte: CSM, *Inventários post mortem* 1º e 2º Ofício.

Por meio da análise das ferramentas e utensílios arrolados nos inventários de Vila do Carmo e seu temo pode-se inferir que existia uma simplicidade nas técnicas agrícolas explicando em muita medida pelo número de terras virgens existentes que possibilitam um pousio maior e, por conseguinte não se justificava o desenvolvimento de uma agricultura intensiva que levaria por consequência em empreendimento maior de mão-de-obra escrava.

Conforme o quadro 4 não há referência ao arado, fato que é recorrente também nos inventários da Segunda metade do século XVIII em Mariana³⁷. Segundo Carla Almeida, o uso do arado “*seria de fato irracional*”³⁸, diante das condições de relevo de Mariana. Na agricultura de coivara, o terreno queimado apresenta resíduo, e é possível trabalhar com cavadeiras e enxadas³⁹.

³⁷Conf. ALMEIDA. Op.Cit.

³⁸Ibid.idem.p.171

³⁹Ibid.idem.p.172

A presença de almocafres nos ajuda a perceber as inventariadas que estavam envolvidas com atividade mineradora. Os almocafres consistiam num pedaço de couro que ficava pendurado na ponta da canoa, com pelos voltados em sentido contrário da água, por onde passava o lodo⁴⁰.

As balanças também são recorrentes nos inventários, sendo grandes e pequenas. As balanças grandes, nas propriedades de corte, poderiam ser utilizadas para pesar a carne. Podiam também ser utilizadas para pesar a farinha de milho e o feijão nas vendas do mercado interno. As pequenas balanças também eram necessárias para os que viviam de negócios mercantis. Diante da possibilidade de circulação do ouro em pó e muitas vezes diante da dificuldade de alguns mineradores em juntar uma quantidade de ouro suficiente para formar uma barra, a balança se tornava necessária para pesar, pois o ouro em pó funcionaria como moeda de troca. E apesar do rigoroso sistema de arrecadação do *Quinto Real*, havia a possibilidade da circulação de ouro em pó que servia como moeda de troca. Portanto, ter uma balança era uma necessidade fundamental, principalmente para aqueles que dependiam de negócios mercantis⁴¹.

Joana Maciel da Costa e seu marido, Capitão Mor Manuel Rodrigues Passos estavam envolvidos na atividade de mineração. Além da roda de minerar, contavam também com uma balança⁴². Inocência Correa de Faria, crioula, forra e viúva, provavelmente vivia de costurar. Em seu inventário encontramos uma fiadeira, uma tesoura de alfaiate pequena, além de um ferro de alfaiate pequeno. Para receber os proventos de suas encomendas sua balança lhe era muito necessária⁴³.

A também forra Josefa Correa tem arrolados tachos de cobres de todos os tamanhos. Podemos inferir que vivia de vender quitutes ou estava envolvida em outra atividade comercial. A presença de uma “*balança de pesar ouro*” aumenta esta hipótese já que provavelmente recebia em ouro em pó⁴⁴. Mariana de Freitas Furtado tinha com seu marido João Pereira Lisboa uma loja de tecidos. Em seu inventário também aparece arrolada uma balança muito necessária em sua venda⁴⁵.

⁴⁰DIAS, M. O. L. S. Op.Cit. 2001,p.68

⁴¹ Idem. Ibid.p.87

⁴²CSM, *Inventário* 1º Ofício. Caixa 148 Auto 3106. Ano 1734.

⁴³CSM, *Inventário* 1º Ofício. Caixa 102 Auto 2125. Ano 1750.

⁴⁴CSM, *Inventário* 1º Ofício. Caixa 150 Auto 3147. Ano 1739.

⁴⁵CSM, *Inventário* 1º Ofício. Caixa 45 Auto 1043. Ano 1743

Os inventários nos revelam também o envolvimento das proprietárias – a maioria junto de seus maridos – em atividades agropastoris, sendo que muitas aparecem conjugadas a atividades agrícolas ou atividades de mineração.

A documentação vai em direção contrária aos modelos clássicos e se encontram com os pressupostos da historiografia recente. Através da descrição das unidades produtivas das inventariadas, é possível perceber o desenvolvimento das atividades agropastoris destinadas à subsistência das residências e até mesmo ao abastecimento do mercado interno.

O sargento mor Antônio Luiz de Miranda e sua mulher Maria das Neves possuíam no sítio da Freguesia de Guarapiranga duas vacas, dois novilhos, dois touros e um boi manso, além de possuir datas minerais em sociedade com o reverendo Padre Manoel⁴⁶. Os touros e bois, como os que aparecem no inventário de Maria das Neves, provavelmente serviam para o transporte dentro da propriedade ou do sítio a lugares mais perto.

Diante das grandes distâncias, dificuldades e incômodos das viagens, os animais de carga faziam-se muito necessários para carregar os gêneros mineiros que eram levados ao mercado carioca e também para abastecer o próprio mercado interno. Os caminhos eram percorridos pelos escravos, mulas e cavalos.

Há uma presença constante nos inventários de cavalos que além de servirem como animais de carga tinham uma conotação simbólica de status social⁴⁷. O cavalo era um artigo caro, considerado de luxo. Podia variar entre 18\$000 a 84\$000. Além do mais, possuir uma montaria conotava status social.

No inventário de Barbara Pereira da Cruz aparece: um cavalo castanho “*calçado dos pés*” avaliado em 24\$000, um “*cavalo russo queimado*” de 30\$000 e outro “*cavalo russo velho com crina preta*” de 18\$000⁴⁸. Havia arrolado no inventário de Joana Maciel da Costa, mulher do Capitão Manoel Rodrigues Passo, um cavalo selado de 84\$000⁴⁹.

Considerações finais

⁴⁶CSM. *Inventários* 1º Ofício Caixa 44 Auto 1030. Ano 1742.

⁴⁷DIAS, M. O. L. S. Op.Cit. 2001. p.52.

⁴⁸ CSM *Inventário*. 1º Ofício Caixa 16 Auto 478. Ano 1740.

⁴⁹ CSM *Inventário*. 1º Ofício Caixa 148 Auto 3106. Ano 1734.

A ampliação dos objetos e do conceito de fonte histórica se apresentou como uma possibilidade de analisar o social e o econômico a partir das formas materiais de existência. A cultura material de uma sociedade revela suas riquezas por meio de objetos, vestimentas e utensílios que se apresentam cotidianamente.

É preciso ter cuidado para não reduzir o trabalho com cultura material em um simples levantamento de artefatos. É necessário pensar a situação de como os objetos se relacionam, ou seja, é preciso contextualizar-lo podendo este ser um resumo de uma sociedade.

Na presente comunicação tentou-se pensar sobre os bens móveis e imóveis dando significação a esses que se encontram arrolados nos inventários post mortem das mulheres de Vila do Carmo. Buscou-se contribuir para pensarmos um pouco sobre o perfil econômico e social destas que se encontram inseridas numa sociedade mineradora.

Bibliografia

ABDALA, Mônica Chaves. Sabores da tradição. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Ano XLII, n 2 Jul-Dez, 2006

ALGRANTI. ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistemas de casamentos entre a elite mineira setecentista. In : ALMEIDA, C. M. C de, OLIVEIRA, M.O. (Org) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2006.

BRAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais; produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1808*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, 1997.

DIAS, M. O. L. S. Nos sertões das gerais e do rio das Velhas 1708-1730. In: Luis Gomes Ferreira (Org.). *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Fiocruz/ FAPEMG, v. 1, p. 45-106, 2001.

FARIA, Sheila de Castro. Op.Cit. e VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico escravo entre o golfo de Benin e a Bahia de todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Currupio, 1987.

LE GOFF, Jacques. LE GOFF, Jacques.(Org). *A história Nova*. São Paulo: Martins fontes, 1993

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976

QUINTAS, Fátima. A culinária e a Negra. In Anais do Seminário de Gastronomia em Gilberto Freire. Disponível em:

<http://www.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/gastronomia>.